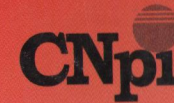


Apoio:



CAIXA



FAT -
Fundo de
Amparo ao
Trabalhador



MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO



Apoio Financeiro:



Do Fórum Social Mundial

ao

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Sumário

Apresentação	7
Abertura	11
Carta de Princípios do Fórum Social Mundial	19
Plataforma de Políticas Públicas	25
Íntegra da Plenária Nacional de Economia Solidária	35
Proposta de pauta para a II Plenária Brasileira de Economia Solidária	61
Anexos	
• Carta ao governo Lula	65
• Lista de adesões à Carta ao governo Lula	69

Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Uma publicação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM

Entidades que compõem o GT-Brasileiro:

ADS-CUT

Agência de Desenvolvimento Solidário/Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 - Brás - São Paulo /SP - CEP 03.041-000

Fone/Fax: ++55 (11)3272-9411 ads@ads.org.br www.ads.org.br

Anteag

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

Rua Mauá, 836/842, casa 41 - Luz - São Paulo/SP

CEP 01.028-000 - Fone/Fax: ++ 55(11)3313-4230

anteag@terra.com.br

Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Micro-Crédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares

Rua Rangel Pestana, 2.128/3º andar - Brás - São Paulo/SP

CEP 03002-000 - Fone: ++55(11) 6097-7300

creditopopular@grupos.com.br

Cáritas Brasileira

Sds - Bloco P - Ed. Venâncio III - salas 410/414 - Brasília/DF

CEP 70.393-900 - Fone: ++55(61)325-7473

Fax: ++55(61)226-0701 - caritas@caritasbrasileira.org

Fase Nacional

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Programa Trabalho e Socioeconomia Solidária

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ

CEP 22.270-070 - Fone: ++55(21)22861441

Fax: ++55(21)22861209 - rgomes@fase.org.br

Ibase

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124/ 8º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

CEP 20148-900 - Fone: ++55(21) 2509-0660

e-mail: ibase@ibase.br

Pacs

Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

CEP 20040-009 - Fone: ++55(21) 2210 - 2124

adm@pacs.org.br - www.socioeco.org

RBSSES

WWW.redesolidaria.com.br

Rede Universitária de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares

Coordenação Profª Drª Sônia Maria P. Kruppa

Universidade de São Paulo - Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues, Trav. 4, 256

Cidade Universitária - São Paulo/ SP - CEP 05.508-900

Fone/Fax: ++55(11)3091-4400 Fone: ++55(11) 3091-5828

skruppa@uol.com.br

Unitrabalho

Apoiadores do GT-Brasileiro:

SEDAI/Governo do Estado do Rio Grande do Sul (gestão 99/2002)

SDTS-Secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade/
Prefeitura de São Paulo

Rua São Bento, 405 10º andar - sala 101 A - São Paulo/SP

Cep:01.008-906 - Fone: ++55(21)32917272

o_sol@prefeiturasp.gov.br

Organização da publicação: GT - Brasileiro de Economia Solidária/FSM

Apoio Financeiro:

Centro Josué de Castro (recursos de Frères des Hommes/França e Comunidade Européia)

Instituto Marista de Solidariedade

Coordenação editorial: Rosemary Gomes

Edição e revisão: AnaCris Bittencourt

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Tiragem: 1.500 exemplares

Impressão: Grafthaly Gráfica e Editora

Pedidos de exemplares:

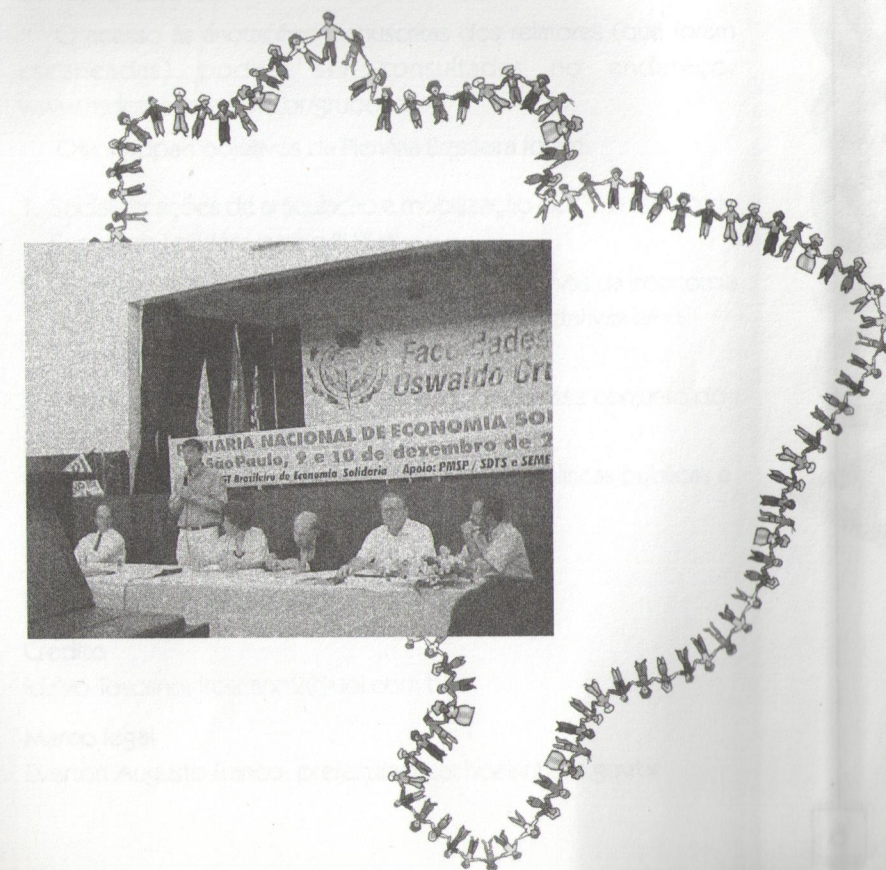
Fase Nacional: Rua das Palmeiras, 90 -Botafogo - Rio de Janeiro/RJ

CEP 22.270-070 - Fone: ++55(21)2286-1441

Fax: ++55(21) 2286-1209 a/c Programa Trabalho e Socioeconomia Solidária

E-mail: rgomes@fase.org.br - <http://www.fase.org.br>

Apresentação



Essa publicação foi organizada baseada em de dois conjuntos de cinco documentos: os relatórios das miniplenárias temáticas e as propostas de Políticas Públicas elencadas na mesa final da I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, no auditório da Faculdade Oswaldo Cruz, São Paulo/SP

O conjunto de documentos foi primeiramente sistematizado por Euclides Mance (IFIL/RBSES). Tentamos ter todo o cuidado com este relatório para que expresse toda a riqueza de nossa I Plenária Brasileira de Economia Solidária, respeitando a diversidade e fortalecendo os laços de colaboração que nos integram a todos e todas na construção de um Fórum Nacional de Economia Solidária.

Resolvemos não incluir nesta publicação a lista de presença dos participantes da Plenária porque não haveria tempo hábil para coletar os dados de inúmeros representantes que esqueceram de assinar essa lista.

O acesso às anotações manuscritas dos relatores (que foram escaneadas) podem ser consultadas no endereço: www.redesolidaria.com.br/grupos.zip

Os principais objetivos da Plenária Brasileira foram:

1. Socializar ações de articulação e mobilização do GT Brasileiro de Economia Solidária para o III FSM
2. Definir os "gargalos" que um conjunto de iniciativas da economia solidária vem enfrentando no Brasil, suas expectativas e/ou propostas perante o novo governo
3. Construir uma agenda comum de ações para esse conjunto do movimento de economia solidária
4. Criar mecanismos para desenvolvimento de políticas públicas e estabelecimento de interlocução nacional

Relatores das Miniplenárias:

Crédito

Idalvo Toscano: itoscano2@uol.com.br

Marco legal

Everton Augusto Franco: prefeitura@cachoeirinha.rs.gov.br

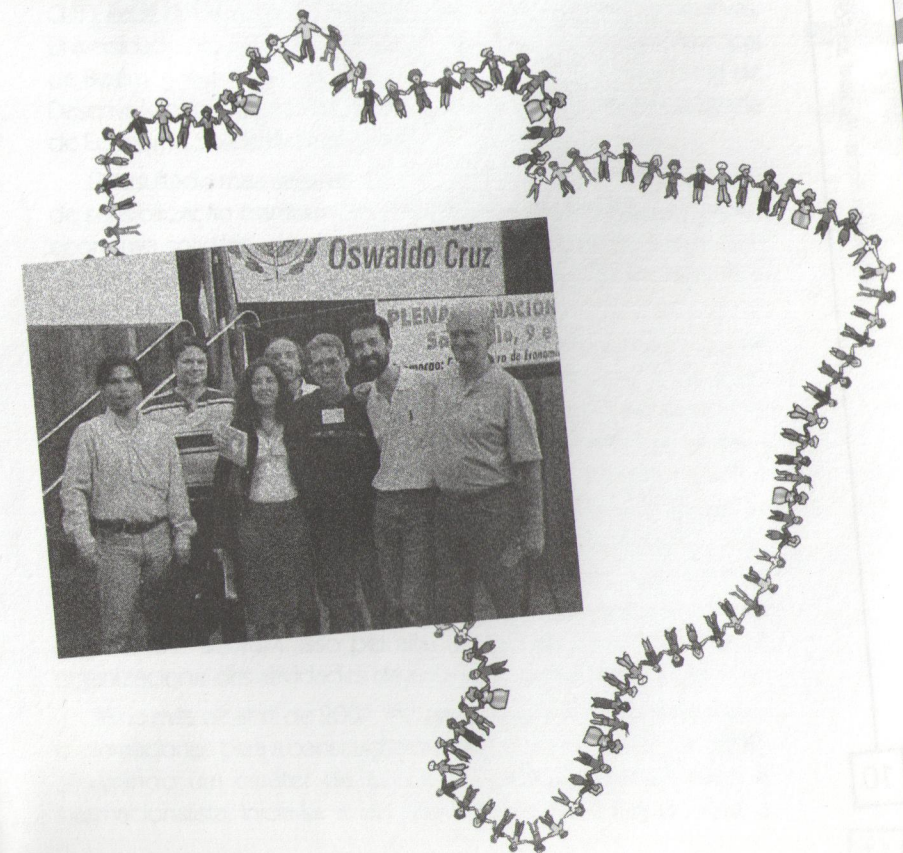
Redes produção/comercialização/consumo
Mariana Santarelli: msantarelli@ibase.br
Alberi Petersen: petersenpoa@yahoo.com.br

Organização social
Jeferson Henrique Aguiar: jeferson_henrique@hotmail.com
Maria Helena Craidy: lcraidy@ibase.br

Sistematização geral dos documentos
Euclides Mance: mance@milenio.com.br
euclidesmance@yahoo.com

Relatores das mesas/plenária geral
Daniel Kohl e Marina N. Almeida
itcpusp@hotmail.com

Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária



Nasce o GT Brasileiro

No primeiro Fórum Social Mundial, as duas atividades principais de economia solidária foram a oficina Economia Popular Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda e o princípio de uma rede global do campo de economia solidária.

A oficina foi desenvolvida em dois dias e extremamente concorrida, tendo a presença de mais de 1.500 pessoas entre trabalhadoras e trabalhadores, representantes de ONGs e de movimentos sociais, agentes, estudantes e representantes do poder público.

Esta foi constituída em tempo exíguo, como todo o I FSM, ainda assim permitindo a articulação e apresentação de experiências e agentes da economia solidária do Brasil e da França como: Cooperminas (SC) – experiência de empresa autogestionária de sucesso –, Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas, Universidade de São Paulo (USP), Cáritas Diocesana, Prefeitura Municipal de Belém, governo do estado do Rio Grande do Sul (Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – Sedai) e Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho da França.

O resultado mais sensível da oficina foi um poderoso processo de sensibilização e articulação entre os trabalhadores e agentes da economia solidária, do poder público e da sociedade civil, que intensificaram e qualificaram suas atividades, avançando em seus marcos conceituais.

O lançamento da rede global teve o mesmo sucesso. A sala reservada para o evento foi pequena para comportar o interesse de trabalhadoras, trabalhadores e agentes internacionais da economia solidária. Começava ali um amplo, intenso e diverso intercâmbio entre diferentes redes e organizações internacionais.

Esses eventos demonstraram o grande interesse social, o profundo potencial transformador e uma inequívoca identidade da economia solidária com os princípios e objetivos do FSM – de que “um outro mundo é possível” –, reconhecido pelo próprio Comitê Organizador do FSM. Isso permitiu um grande avanço político e organizacional das atividades da economia solidária no II FSM.

Já no mês de abril de 2001, iniciaram-se as articulações nacionais e internacionais para a construção das atividades de janeiro de 2002, assumindo um caráter de processo coletivo, democrático e internacionalista. Inicia-se aí um dos importantes frutos do FSM, a

formação de um grupo de trabalho brasileiro, reunindo e aproximando entidades nacionais ligadas à economia solidária (Anteag, ADS/CUT, Fase, Cáritas, Pacs, Ibase e Concrab, com apoio do governo estadual do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Porto Alegre).

O GT Brasileiro de Economia Solidária começa as articulações nacionais e internacionais para construir as atividades da economia solidária no II FSM, buscando a participação de agentes dos cinco continentes. As tarefas foram divididas entre o GT Brasileiro – mais elaborador e articulador internacional – e um GT Gaúcho – mais executivo.

O GT Brasileiro buscou sensibilizar o Conselho Internacional do FSM, bem como o Conselho Brasileiro, para a inclusão de uma conferência integrante do eixo 1 – Produção de Riquezas e Reprodução Social – e para o reconhecimento do “Seminário de Economia Solidária” como integrante dos chamados “seminários principais”. Para ambas as atividades foi reservado um espaço importante no conjunto dos eventos do II FSM, desde o material de divulgação geral do Fórum à sua locação.

O processo de construção dos espaços onde foi discutida a economia solidária no II FSM consolidou-se de forma coletiva. Uma proposta foi elaborada pelo comitê brasileiro de apoio à economia solidária no II FSM e esta foi colocada em discussão com variadas redes que tratam do tema. Também foi possível provocar a discussão em alguns encontros internacionais. Por exemplo, o encontro internacional de economia solidária em Quebec, em outubro de 2001.

O resultado de todo esse processo de discussão foi uma programação que consistia na realização de uma conferência e um seminário sobre economia solidária, distribuído em dois dias, que chegou a reunir mais de 2 mil pessoas das mais variadas nacionalidades e com diferentes experiências no tema.

A Conferência da Economia Solidária no II FSM contou com a participação de Jean Louis Laville (Crida/França), José Luis Coraggio (Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina), Rosa Guillen (Rede Mulheres Transformando a Economia/Peru) e Sandra Quintela (Pacs/Brasil). Já o seminário internacional Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável contou com uma forte participação internacional: GESQ/Québec, Colacoti/Colômbia, Gresp/Peru, Ires/França, Reas/Espanha, Fames/Senegal, Finansol/França, Coalizão Rural/México, Red Del Truque Solidário/Argentina, FLO Rede Internacional de Comércio Justo.

A preparação das atividades para o III FSM inicia-se tão logo se cerram as cortinas do II FSM. Ao longo de 2002, o GT Brasileiro trabalhou intensamente, em diálogo permanente com as redes internacionais, na preparação dessas atividades. Novas organizações se somaram ao GT Brasileiro nesse esforço, como foi o caso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas, bem como o apoio das prefeituras de São Paulo e do Recife.

III FSM, avanços

Mais uma vez, o Fórum Social Mundial será a oportunidade dessas diversas experiências encontrarem-se e promoverem um processo de intercâmbio e construção de novos conhecimentos. Por esse motivo, da mesma forma que nos fóruns passados, a economia solidária estará presente no III Fórum Social Mundial.

Em 2003, as atividades referentes à economia solidária no FSM estarão focalizadas no tema Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Humano, com o objetivo de debater estratégias com as quais a economia solidária possa contribuir para um novo padrão de desenvolvimento e sociabilidade alternativo à “sociedade de mercado”.

As atividades propostas para a economia solidária no III Fórum Social Mundial estão dispostas em vários formatos: painel, seminário e oficinas. Está sendo planejada também a construção de uma cidade autogestionária integrada ao Acampamento da Juventude.

As atividades de apresentação de experiências e debates terão lugar no painel, no seminário e nas oficinas. O painel aprovado pelo Comitê Internacional do FSM, objetiva debater experiências nas quais a economia solidária exerce um papel central no desenvolvimento de determinadas localidades. De acordo com a metodologia do III FSM, o painel representa um espaço de convergência das proposições das redes promotoras na construção de estratégias comuns. Vale dizer que o fechamento da mesa dos painéis esteve sob a responsabilidade do Conselho Internacional do FSM.

O seminário será dividido em quatro mesas temáticas e uma mesa de síntese. Na primeira, serão discutidas as experiências de redes de consumo ético, comércio justo e solidário e produção autogestionária. A segunda será dedicada à discussão sobre finanças, na qual serão analisadas algumas experiências que acabaram estruturando sistemas financeiros solidários. A terceira será destinada

ao debate em torno de políticas públicas aplicadas ao fortalecimento e difusão da economia solidária. Na quarta mesa, serão discutidas práticas inovadoras e autogestão. Cada mesa contará com relatos de experiências. Está prevista também uma mesa de síntese, que pretende reunir as contribuições não apenas do seminário, mas de oficinas voltadas para o tema.

Vale assinalar que muito se avançou no diálogo entre as redes internacionais. Merece destaque a organização das mesas sobre Sistema Financeiro Solidário e Redes de Consumo Ético, Comércio Justo e Solidário. O sentido claro e acentuadamente propositivo e internacionalista dessas duas mesas demonstram não apenas o avanço organizativo das redes internacionais, como também o fato de que esses temas assumem hoje um sentido estratégico no âmbito das relações internacionais.

Do GT ao Fórum Brasileiro

A continuidade desse trabalho organizativo levou às entidades do GT Brasileiro a exercitarem a construção da unidade na diversidade, ou melhor, o esboço de uma identidade para o campo da economia solidária, reconhecendo e valorizando as contribuições específicas e diversas de cada organização. Esse efeito nacional produzido pelo FSM ganha ainda maior pertinência e sentido no contexto eleitoral vivido pelo país em 2002. Desse modo, com a confirmação da eleição de um novo governo comprometido com os anseios da sociedade organizada, o GT Brasileiro assumiu o desafio de entabular a interlocução com representantes do novo governo, leia-se a equipe de transição criada no período de novembro a dezembro daquele ano, a fim de assegurar a presença da economia solidária com força no governo que se montava.

Para tanto, o GT Brasileiro formulou uma Carta ao governo Lula (presente nesta publicação), indicando diretrizes gerais para o desenvolvimento da economia solidária, bem como pleiteando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A Carta foi divulgada amplamente por correio eletrônico. Ao mesmo tempo, o GT Brasileiro se colocou a tarefa de organizar a Plenária Brasileira de Economia Solidária, a fim de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento de economia solidária.

A I Plenária Brasileira, ocorrida nos dias 9 e 10 de dezembro em São Paulo, contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos

associativos, agentes promotores da economia solidária e governos de todas as regiões do país. Estavam lá, além das organizações do GT Brasileiro, a Articulação do Semi-Árido (ASA), a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, a Unitrabalho, o Fórum de Gestores Públicos da Economia Solidária, diversos Fóruns de Cooperativas Populares, Mutirão da CNBB, prefeituras de São Paulo e de Belém e governo do estado do Rio Grande do Sul, além de uma representação da Usina Catende, um dos casos mais exemplares da economia solidária no Brasil e de uma grande delegação de trabalhadores(as) e agentes gaúchos bastante representativa do avanço alcançado em termos de economia solidária no estado.

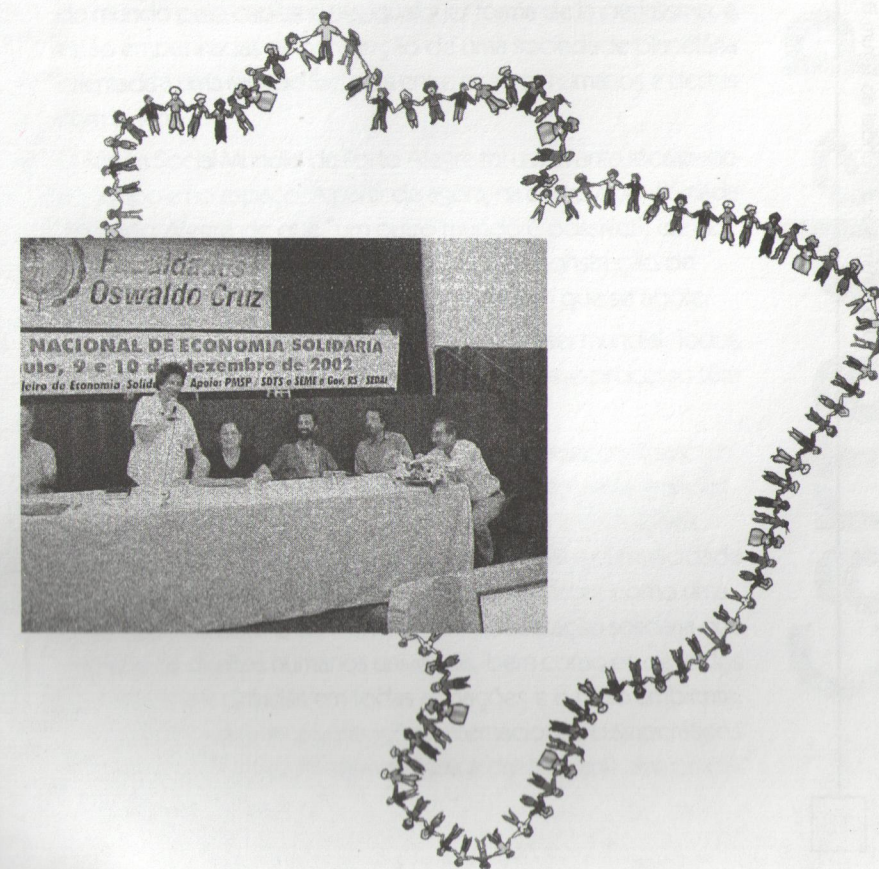
A Plenária foi muito rica em diagnósticos e proposições para o avanço da economia solidária no país. Foram organizados cinco grupos temáticos (crédito; marco legal; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e da tecnologia; organização social da economia solidária). O produto dos trabalhos desses dois dias de Plenária podem ser conferidos em anexo. Vale dizer que a Carta ao governo Lula saiu com várias adesões da Plenária, que se somaram aos apoios recebidos via internet.

Além do avanço na produção de argumentos, a Plenária apontou para a necessidade de construção de uma articulação nacional dos trabalhadores e agentes da economia solidária. O objetivo seria aprofundar a agenda produzida pela Plenária tanto na direção do fortalecimento da economia solidária na sociedade como no avanço da interlocução com os governos. Em síntese, construir a economia solidária como estratégia de desenvolvimento para a sociedade brasileira. O GT brasileiro, agora contando com a participação da Unitrabalho e o apoio da Associação das Entidades de Micro, sai da Plenária responsável por preparar uma oficina no III FSM, com o objetivo de consolidar essa articulação nacional. Em dezembro, foi organizado o Fórum de Gestores de Políticas Públicas na área de economia solidária, que também estará presente no III FSM e já demonstrou interesse em apoiar a iniciativa de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Vale dizer que alguns dias antes do início do III FSM, foi confirmada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, sendo o seu titular o prof. Paul Singer. Essa é uma conquista de todos e todas que há mais de uma década vêm trabalhando por uma economia solidária. Sem dúvida, esse importante espaço de interlocução faz aumentar a responsabilidade daqueles que estão, direta ou indiretamente, envolvidos com práticas da economia solidária.

O III FSM aparece aí como um momento privilegiado para a renovação do espírito cooperativo entre os agentes da economia solidária com vistas à criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A oficina de constituição do Fórum Brasileiro busca, portanto, avançar nas discussões sobre os objetivos do Fórum, bem como de aspectos organizativos sobre critérios de composição, forma de operação, além de definição de compromissos e agenda. Como deliberação da I Plenária Brasileira está prevista realização a Conferência Nacional de Economia Solidária, que precisa igualmente ser programada.

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial



O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.
2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.
3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.
4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.
6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo como Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de todos os seus/suas participantes. Os participantes não devem ser chamados a tomar decisões, por voto ou aclamação, como conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que os engajem a todos ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum como Fórum. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.
7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.
8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não-governamental e não-partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do âmbito local ao internacional, pela construção de um outro mundo.
9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.
10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado.

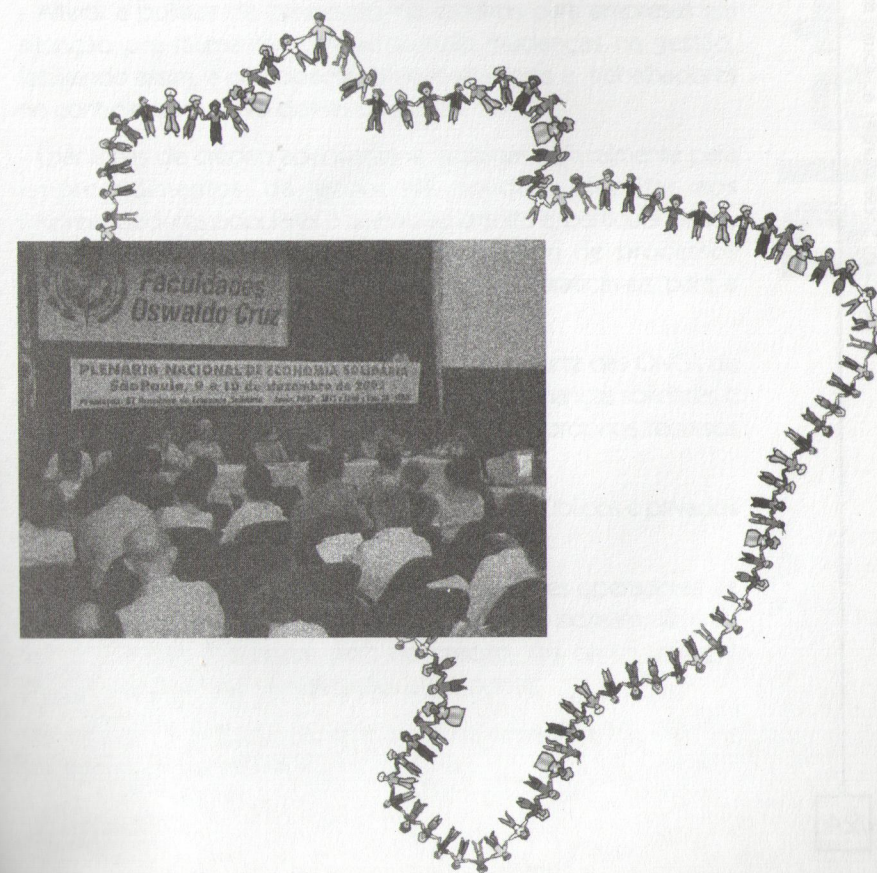
Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação, assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.
12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.
13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não-violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.
14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

APROVADA E ADOTADA EM SÃO PAULO, EM 9 DE ABRIL DE 2001, PELAS ENTIDADES QUE CONSTITUEM O COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, APROVADA COM MODIFICAÇÕES PELO CONSELHO INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL NO DIA 10 de JUNHO de 2001.

Plataforma de Políticas Públicas I Plenária Brasileira de Economia Solidária

São Paulo, 9 e 10 de dezembro de 2002



Finanças solidárias

- Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.
- Retomada do desenvolvimento socioeconômico, além de estar focalizada no local como espaço privilegiado da política, há que incorporar os princípios e as práticas das finanças solidárias às demais políticas – estruturais e compensatórias – de implementação local.
- O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, induzir a formação de Fundo Nacional, voltado ao atendimento das necessidades da economia solidária, que incorpore recursos orçamentários, recursos de bancos públicos, de bancos de desenvolvimento e do sistema “S”, Fundo este de gestão descentralizada e sob controle popular.
- Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadoras e trabalhadores no controle do passivo dessas empresas.
- Criar linhas de crédito adequadas e ajustadas culturalmente para empreendimentos da economia solidária, facilitar aos empreendedores populares o acesso ao crédito e, particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a economia solidária.
- Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.
- Assegurar que parte dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinados para a economia solidária.
- Revogar as limitações legais impostas a instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.
- Possibilitar a organização aberta de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre isso.

- Modificar as regras de acesso aos recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.

- Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.

- Que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" às microfinanças solidárias.

- Compatibilizar as taxas de juros com a necessidade de desenvolvimento socioeconômico.

- Fomentar a organização de cooperativas de crédito e sua articulação em complexos e redes.

- A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e as políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos à democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à auto-gestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

- É inequívoco que o sistema bancário, em face das suas atuais configurações, mostra-se inepto para atender aos requerimentos de um projeto de desenvolvimento nacional, tal qual proposto pelo novo governo. Deste modo, urge que o novo governo, desde seu primeiro momento, implemente todas as ações necessárias à sua reestruturação, de modo a torná-lo funcional a uma política desenvolvimentista.

Contudo, a questão que se coloca é que, de há muito, o atendimento da demanda por políticas de fomento ao crédito, de estímulo à economia real e ao aumento da produção de alimentos calcado na pequena produção familiar se faz imperiosa. Neste quadro, e para suprir esta deficiência, torna-se mister o imediato reconhecimento institucional de um Sistema de Crédito Popular e Solidário integrado por um amplo leque de instituições que participam da economia solidária.

Marco legal

- Dialogar com o Fórum Brasileiro da Economia Solidária sobre as políticas federais para o setor, possibilitando a articulação do governo e da sociedade civil, considerando particularmente aspectos das diversas reformas que se seguirão (Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc) em suas interfaces com a economia solidária.

- Promover um debate nacional sobre a pertinência de estabelecer um marco jurídico adequado à economia solidária, pensando-a como sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças perante o setor estatal e o setor com fins de lucro, evitando que os critérios e parâmetros exigidos por tal caracterização sejam excludentes e restritivos com relação à diversidade de práticas da economia solidária que, em seu conjunto, articulam-se e asseguram o trabalho e a renda como um direito humano.

- Elaboração da nova legislação específica para o cooperativismo e empresas autogestionadas, considerando elementos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito e diferenciação tributária.

- A legislação que regula a qualidade dos produtos *in natura* e beneficiados/industrializados deve ser adequada aos sistemas de produção familiar, garantidas as condições sanitárias essenciais.

- Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.

- Debater a interpretação das leis em vigor que acaba entervando, impedindo ou dificultando as experiências de economia solidária (relacionamento com a Justiça do Trabalho, Ministério Público, Juntas Comerciais, Banco Central etc).

Redes de produção, comercialização, consumo

- Em parceria com o Fórum Brasileiro da Economia Solidária, realizar um mapeamento nacional da diversidade e volume de produção do conjunto dos empreendimentos de economia solidária, seus fluxos de transporte, armazenagem e comercialização existentes, bem como de aquisição de insumos, visando ao compartilhamento

de infra-estruturas de produção, distribuição e comercialização, transferência de tecnologia, parcerias de negócios para penetrar nos grandes mercados no Brasil e no exterior e ampliar os negócios entre empreendimentos solidários no interior das próprias redes, complexos, associações, articulações etc em âmbitos locais, regional, nacional e internacional.

- Criar o Portal Brasileiro da Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de economia solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração cidade-campo.

- Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem-sucedidas na área da economia solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administrações que desenvolvem programas de economia solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

- Promover campanhas nacionais em favor da difusão da economia solidária, particularmente de consumo cidadão, criando uma cultura de preferência pelos produtos e serviços da economia solidária em razão dos benefícios sociais e ecológicos por ela gerados.

- Fomentar práticas do comércio justo, nacional e internacionalmente.

- Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

- Em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, avançar no debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da economia solidária para consumidoras e consumidores em seu ato de compra, alavancando a comercialização desses produtos nos mercados nacional e internacional.

- Que o Estado priorize, nas compras governamentais, os produtos solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos

da economia solidária, como forma de incentivo à economia solidária e maior distribuição de renda.

- Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

- Promover o associativismo, o cooperativismo popular e as demais práticas de economia solidária como elementos-chave para projetos de desenvolvimento regional das agências estaduais e municipais, assim como para as ações públicas definidas nos orçamentos.

- Orientar o IBGE para a realização de um censo produtivo com dados econômicos e sociais, levantando os dados requeridos ao mapeamento estratégico da economia popular e solidária, além da reconstrução de uma matriz insumo/produto, que permita um diagnóstico efetivo das condições e da potencialidade interna do tecido socioprodutivo brasileiro, revertendo inclusive a pesquisa do censo domiciliar para que incorpore perspectivas da economia solidária, possibilitando estatísticas consistentes a esse respeito com vistas à criação de políticas públicas que respondam suas demandas.

- Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de economia solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com os recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

- Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções Nº 100 e Nº 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção Nº 156 (trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.

- Reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos, como uma das formas de combate ao desemprego e à desigualdade.

- Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça/etnia e geração e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

- Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de economia solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

- Promover feiras e mostras de economia popular solidária como espaços de comercialização, troca de informações e sensibilização de produtores e consumidores.

Democratização do conhecimento e da tecnologia

- Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, agregando-lhes maior valor, e à melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.
- Promover o aprimoramento da competência técnica e gerencial dos(as) trabalhadores(as) que atuam na economia solidária.
- Redirecionar recursos federais do orçamento público e verbas disponíveis no sistema S, ensino técnico, básico e tecnológico para a criação de novas tecnologias, pesquisa, produção e sistematização de conhecimentos adequados à economia solidária, às peculiaridades regionais do país e socializar o saber acumulado sobre a economia solidária (metodologias, programas de qualificação, capacitação e assessoria etc).
- Formular políticas públicas para a economia solidária, considerando o princípio da intersetorialidade, face ao caráter complexo da mesma.
- Orientar ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da economia solidária.
- Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à economia solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- Criar programas de financiamento voltados a ONGs, ITCs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de economia solidária.
- Subordinar o sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revertendo suas prioridades, incorporando perspectivas da economia solidária.

- Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da economia solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária será uma forma de sensibilizar os(as) trabalhadores(as) desempregados(as) para alternativas de trabalho coletivas e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário e de como geri-lo; de forma coletiva e democrática, estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades de trabalhadoras e trabalhadores se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados etc.

- Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da economia solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de economia solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.

- Ampliar fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

- Mobilizar os potenciais criativos de inventores(as) e pesquisadores(as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar com economia solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.

- Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

- Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

- Inserir temas de economia popular e solidária – como o valor das práticas cooperativas, autogestionárias e solidárias; formas solidárias de produção e consumo – no conteúdo curricular da educação formal, de crianças, adolescentes, jovens e adultos, bem como promover a educação e capacitação continuadas, tendo por base a ética do diálogo.

- Redefinir a política pública de assistência técnica rural.

□ Organização social de economia solidária

- Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia.

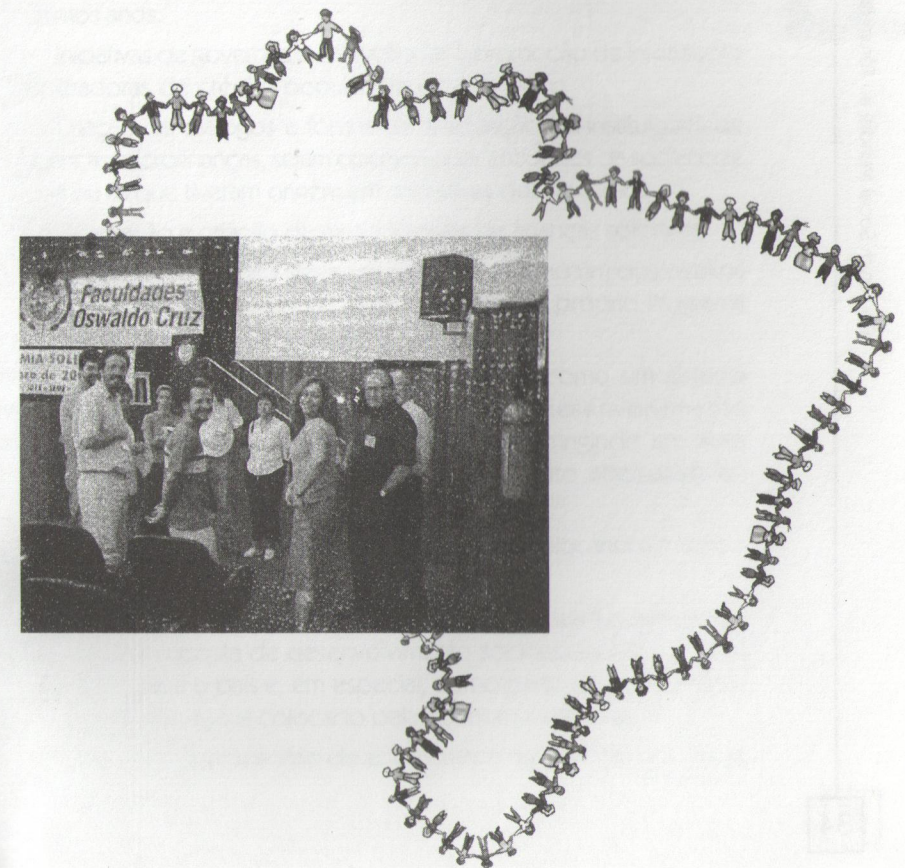
- Assegurar a representação da economia solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a ser organizados.

- Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos âmbitos que possuem interface com a economia solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.

- Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça/etnia e geração e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

- Promover um debate nacional sobre a pertinência de estabelecer um marco jurídico adequado à economia solidária, pensando-a como sistema próprio, um setor da economia brasileira, reconhecendo legalmente suas diferenças frente ao setor estatal e o setor com fins de lucro.

Íntegra da Plenária Brasileira de Economia Solidária



OBJETIVOS

1. Socializar ações de articulação e mobilização do GT Brasileiro de Economia Solidária para o III FSM.
2. Definir os “gargalos” que um conjunto de iniciativas da economia solidária vem enfrentando no Brasil, suas expectativas e/ou propostas perante o novo governo.
3. Construir agenda de interesse comum para esse conjunto do movimento de economia solidária.
4. Criar mecanismos para desenvolvimento de políticas conjuntas e estabelecimento de interlocução interna.

1. Finanças Solidárias

Acúmulos

- Multiplicação de iniciativas de finanças/microfinanças solidárias nos últimos anos.
- Iniciativas de governos locais voltadas à promoção de instituições operadoras de crédito popular/*bancos do povo*.
- Criação de diálogos e fóruns de articulação de instituições de finanças/microfinanças, sejam operadas por entidades da sociedade civil ou as que tiveram origem em iniciativas dos governos.
- Ampliação e criação de metodologias de finanças solidárias.
- O acesso ao crédito deve ser entendido como um dos direitos humanos, como já se encontra reconhecido no próprio Programa Nacional de Direitos Humanos.
- A economia solidária deve ser entendida como um sistema integrado – empreendimentos, crédito, desenvolvimento sociocultural e econômico local –, não se restringindo aos seus empreendimentos ou à concessão de crédito alternativo ao segmento popular.
- Necessidade de ampliar o tema do crédito, colocando-o dentro da questão das finanças solidárias.
- Necessidade de discutir o sistema financeiro e sua funcionalidade diante da proposta de desenvolvimento socioeconômico que se pretende para o país e, em especial, como parte do processo de transformação social colocado pela economia solidária.
- Crédito popular solidário deve fomentar o desenvolvimento local.

- Economia solidária deve ser um sistema alternativo ao capitalismo, não existe para salvá-lo.

Gargalos

- O sistema bancário regulamentado apresenta-se fortemente concentrado – tanto espacialmente como em atividades que lhe propiciam uma maior rentabilidade. A oferta de créditos, considerando-se o PIB, é, no caso brasileiro, uma das mais baixas do mundo: 12% em 2001. Estruturalmente, apresenta uma elevada concentração de seus recursos em tesouraria (títulos – públicos e privados, principalmente os primeiros). Desse modo, não atende à demanda por créditos, seja por parte da população, seja por parte do setor produtivo; apresenta-se absolutamente disfuncional a um projeto de desenvolvimento tal qual propõe a economia solidária.
- Inexistência de políticas dos bancos públicos e privados para a economia solidária.
- As cooperativas nascem muitas vezes de processos falimentares; o fato gera, inevitavelmente, a necessidade de créditos específicos para a continuidade de suas atividades e é muito difícil consegui-los no sistema financeiro convencional.
- Recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda) têm regras de acesso restritivas e são consumidos em 20% a 30% pelas taxas de transação bancárias.
- Como obter créditos públicos para viabilizar empresas falidas, de maneira que tal crédito não seja destinado para os gestores dessas empresas e sim para seus trabalhadores?
- Algumas atividades produtivas (como a reciclagem) exigem investimentos iniciais elevados para agregar mais valor ao trabalho. Por isso, sua demanda por crédito não está sendo atendida pelos bancos populares.
- Insuficiência de recursos para os bancos populares.
- Bancos populares têm dificuldades em financiar capital inicial para a implementação dos empreendimentos.
- Empreendedores populares têm dificuldades de conseguir crédito nos programas dos *bancos do povo* por esbarrarem em regras de acesso. Por exemplo, a consulta aos serviços de proteção ao crédito (SPC e Serasa).
- Programas de microfinanças precisam ter escala para se tornarem sustentáveis. O problema pode ser superado por meio de Sistema

de Crédito Popular Solidário dentro de um marco legal específico, no qual cada instituição estabeleça constante diálogo e, progressivamente, vá ajustando suas tecnologias.

- Cooperativas de crédito têm restrições legais para se organizarem de forma aberta.
- Programas de finanças solidárias estão muito focados no crédito. É necessário que focalizem a oferta de outros serviços como poupança, financiamento de bens de consumo, materiais de construção e, principalmente, o estímulo à formação de cadeias produtivas, bem como seu financiamento, como elemento decisivo à internalização da renda na comunidade – aspecto inseparável de um projeto de desenvolvimento socioeconômico local.
- Debate e acúmulos coletivos ainda insuficientes sobre alternativas e meandros legais no que se refere a instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, levam a limitações para oferecer serviços financeiros além do crédito, como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.
- Limitação no desenvolvimento dos empreendimentos solidários por desconhecimento de alternativas legais das atividades de microfinanças como saída ao recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito.
- Falta de divulgação dos diversos instrumentos solidários de finanças.

Propostas

- Retomada do desenvolvimento socioeconômico focada no local como espaço privilegiado da política. É preciso também incorporar os princípios e as práticas das finanças solidárias às demais políticas – estruturais e compensatórias – de implementação local.
- Articular o crédito solidário de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro “oficial” às microfinanças solidárias, fazendo com que os recursos sejam canalizados para os empreendimentos solidários.
- Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.
- Compatibilizar as taxas de juros com a necessidade de desenvolvimento socioeconômico.
- Integrar as políticas de finanças solidárias a outras políticas de desenvolvimento local.

- O sistema bancário, em face das suas atuais configurações, mostra-se incapaz de atender aos requerimentos de um projeto de desenvolvimento nacional, tal qual proposto pelo novo governo. Urge que o novo governo, desde seu primeiro momento, implemente todas as ações necessárias à sua reestruturação, de modo a torná-lo funcional a uma política desenvolvimentista. Há muito o atendimento da demanda por políticas de fomento ao crédito, de estímulo à economia real e ao aumento da produção de alimentos, calcado na pequena produção familiar, faz-se imperioso. Para suprir esta deficiência, torna-se fundamental o imediato reconhecimento institucional de Sistema de Crédito Popular e Solidário, integrado por eque de instituições que participam da economia solidária.
- O Estado deve induzir a formação de Fundo Nacional voltado ao atendimento das necessidades da economia solidária, que incorpore recursos orçamentários, de bancos públicos, bancos de desenvolvimento e do sistema "S". O Fundo deve ser de gestão descentralizada e ficar sob controle popular.
- Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação *pré-falimentar*, condicionando mudanças na gestão. Isto facilitaria a participação de trabalhadoras e trabalhadores no controle do passivo dessas empresas.
- Criar linhas de crédito adequadas e ajustadas culturalmente para empreendimentos da economia solidária, tornando o crédito acessível aos empreendedores populares, particularmente a empreendimentos autogeridos que surgem de processos *falimentares*, abolindo exigências impraticáveis para a economia solidária.
- Assegurar que parte dos recursos dos bancos públicos e privados seja destinada à economia solidária.
- Modificar as regras de acesso aos recursos do Pronaf e Proger, reduzindo os valores consumidos pelas taxas de transação bancárias.
- Fomentar a organização de cooperativas de crédito, bem como sua articulação em complexos e redes, possibilitando também sua organização aberta, revendo restrições legais a esse respeito.
- Viabilizar a utilização pelas comunidades de seus próprios recursos para promover sua emancipação política, social e econômica, revogando-se as limitações legais impostas a instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros –

mediações técnicas que devem ser colocadas a serviço de uma política pública como conquista dos setores populares –, potencializando as atividades de microfinanças solidárias em proveito do desenvolvimento local sustentado.

- Criação de mecanismos de poupança que operem com recursos de poupadores solidários. Valer-se de estratégias legais que possibilitem a certas entidades indiretamente captar poupança. Há ainda a possibilidade de venda de bônus, como de títulos de capitalização e outros instrumentos financeiros que possam promover o financiamento de empreendimentos solidários.
- Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurando maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias a serviço do desenvolvimento local.
- Avaliar criticamente projetos sociais como o *banco do povo*, que reproduzem elementos não-solidários como avalistas etc.
- Tensionamento para mudanças estruturais no âmbito do Estado, fazendo com que se assuma a economia solidária como forma de desenvolvimento econômico e social.
- Difundir práticas solidárias que se valem de moedas sociais como instrumentos de intercâmbio.
- Na "Apresentação" do Projeto Fome Zero, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirma:

"Queremos deixar claro nesta apresentação que o eixo central do Projeto Fome Zero está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a estas últimas quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza – como ocorre hoje no Brasil – significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade, perpetuar o problema".

A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e as políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos à democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à auto-gestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

2. Marco legal

Acúmulos

- Existem estudos sobre a economia solidária e o marco legal.
- Têm-se ampliado os contatos com a burocracia estatal.
- Tem sido produzida legislação em âmbito municipal e estadual.

Gargalos

- A legislação reduz experiências variadas de economia solidária a determinadas formas legais que não abrigam a diversidade.
- O poder público encontra entraves legais e burocráticos quando se trata de implantar programas que viabilizem a economia solidária, principalmente no que diz respeito a investimento.
- Em muitos casos, o problema não é de marco legal e sim de interpretação de leis, pois aquilo que não está proibido, está permitido. Por falta dessa percepção sobre a legislação, não ocupamos muitos espaços em que poderíamos agir.
- A interpretação da lei acaba travando, impedindo ou dificultando as experiências de economia solidária (relacionamento com a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Juntas Comerciais, Banco Central no que diz respeito ao crédito e cooperativas de crédito).
- A economia solidária, enquadrada no direito hoje, tem base nos conceitos de propriedade e de indivíduo. Não seria melhor opção pela ótica dos direitos difusos?
- Trabalhar em três eixos:
 - a) definição de conceitos gerais para nortear a defesa de direitos (exemplo: o que é empreendimento *popular*; economia solidária; autonomia coletiva X trabalho autônomo);
 - b) revisão e adequação de conceitos e definições levando em consideração a legislação existente de caráter geral e especial (exemplo: cooperativa de trabalhadores X cooperativa de mão-de-obra; para quem são dirigidas as políticas públicas voltadas à economia solidária; não-obrigatoriedade da unicidade de representação cooperativa);
 - c) identificar as questões que devem ser mudadas pontualmente na legislação, entendendo que a economia solidária tem áreas de intersecção com muitos assuntos.
- Distinguir interesses do poder público e dos empreendimentos nas interfaces em que ambos se tocam.

Propostas

- Interlocução aberta entre governo federal e Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre as políticas federais para o setor, possibilitando a articulação entre governo e sociedade civil, considerando particularmente aspectos das diversas reformas que se seguirão (Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc) em suas interfaces com a economia solidária
- Promover debate nacional sobre:
 - a) pertinência de consolidar uma legislação adequada à economia solidária, pensando-a como sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças perante o setor estatal e o setor com fins de lucro;
 - b) considerar os riscos de definir e estruturar a economia solidária sob um marco legal que a caracterize como um setor econômico, tal caracterização exigirá critérios e parâmetros aos quais os empreendimentos solidários deverão se submeter que serão, em alguma medida, excludentes e restritivos;
 - c) avaliar o significado e o impacto do reconhecimento da economia solidária como um setor da economia, nos marcos jurídicos formulados na Colômbia e Equador;
 - d) considerar o devido reconhecimento das diversas formas associativas dos empreendimentos da economia solidária, que vão além dos marcos tradicionais de organização formal.
- Debater a elaboração de nova legislação específica para o cooperativismo e empresas autogestionárias, considerando elementos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito e diferenciação tributária, e de uma legislação adequada à economia solidária, envolvendo neste debate o maior número de organizações que atuam na área.
- Debater e clarear a interpretação das leis em vigor, por parte de juízes, cartórios, Ministério do Trabalho etc, que acaba travando, impedindo ou dificultando as práticas de economia solidária, inclusive a legalização de empreendimentos solidários, (relacionamento com a Justiça do Trabalho, Ministério Público, Juntas Comerciais, Banco Central etc).
- A legislação que regula a qualidade dos produtos *in natura* e beneficiados/industrializados deve ser adequada aos sistemas de produção familiar, garantidas as condições sanitárias essenciais.

- Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, visando evitar fraudes que buscam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.
- Criação de grupo de trabalho nesta área de atuação com representação social e regional, com importante presença de juristas, tributaristas, poder público e entidades (ONGs, empreendimentos).
- Criar conceitos gerais *universalizantes* sobre economia solidária e empreendimentos autogestionários, subsidiando a elaboração legal sobre o tema.
- No debate do marco legal, tomar como referencial o tema dos direitos humanos e suas relações com a economia solidária, bem como, evitar reduzir as práticas variadas de economia solidária a determinadas formas legais que não abriguem a sua diversidade.
- Afirmar conquistas legais e constitucionais, como a liberdade e autonomia das formas de organização dos trabalhadores em sindicatos, associações e cooperativas, de modo a criar um contra-consenso acerca da legalidade das ações das agências e instituições públicas que inibem o desenvolvimento da economia solidária.
- Mapear projetos e acúmulos de discussões e estudos na área legal voltados à economia solidária e propor agenda de diálogo político com parlamentares para formalizar propostas a serem apresentadas ao Congresso Nacional, nas diversas reformas que se seguirão (Tributária, Previdenciária, Trabalhista etc), e ao governo federal, fazendo articulação com deputados e senadores, de modo a atender aos interesses da economia solidária.
- Atenção especial para empreendimentos que trabalham com a saúde.

3. Redes de produção, comercialização, consumo

Acúmulos

- As diversas práticas de economia solidária e as diversas formas de sua organização e articulação.
- Introdução da solidariedade no cume do debate econômico e expansão da noção de economia, passando pelos aspectos da dignidade do ser humano, gênero, sustentabilidade ecológica etc.
- A problematização do consumo e seu reconhecimento como ato de transformação econômica vem gerando uma visão diferente de necessidade e um conceito de consumo não apenas econômico, mas também ético e político.

- Experiências de rede de trocas, compras coletivas, lojas, cartões de crédito solidários, feiras, agricultura familiar orgânica, cooperativismo popular, autogestão de empresas etc.
- Desenvolvimento recente de várias políticas públicas em diversas esferas sobre economia solidária.
- Surgimento de espaços permanentes de troca de informação, diálogos e experiências (fóruns, plenárias, GTs, fóruns eletrônicos etc) e intercâmbios cada vez mais densos entre organizações, redes e empreendimentos de economia solidária.
- Cooperação entre empreendimentos com atividades similares, mesmas características e necessidades.
- Realização de feiras de economia popular solidária como espaços não só de comercialização, mas também de sensibilização e troca de informação.
- Avanço nos mapeamentos isolados (necessidade de integrá-los).

Gargalos

- Faltam aos empreendimentos estudos de viabilidade econômica: projetos são montados sem planos de negócio.
- Ausência de mapeamento integrado dos empreendimentos, demandas e rotas de transporte já implementadas e insuficiência de conexões entre empreendimentos.
- Falta de intercâmbio de informação entre o conjunto dos empreendimentos de economia solidária e perante os potenciais consumidores solidários.
- Pouca troca entre empreendimentos solidários e falta de integração entre empreendimentos individuais.
- Falta de credibilidade no mercado popular e de projeção da produção para atender às demandas reais desse segmento, como alimentação, higiene, limpeza, vestuário etc.
- Preconceito sobre a economia solidária, vista como gueto, difunde sentido restritivo.
- Fraca conexão entre produção e consumo e pouca valorização do consumidor, é ele quem detém o poder de compra, definindo o que quer consumir.
- Falta de conhecimento sobre o que desejam e precisam os consumidores solidários.